

MAGALI MENDES DE MENEZES
CARLOS EDUARDO SPERB
ALESSANDRA DE OLIVEIRA PETRY
WAGNER MACHADO DA SILVA
OLÍVIA DE ANDRADE SOARES
(ORGANIZADORES)

DIREITOS

HUMANOS

EM DEBATE

educação e marcadores sociais da diferença

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2019.
1º edição - 2019

Edição, Diagramação e Projeto Gráfico: Mauro Meirelles
Revisão e Normatização: Mauro Meirelles e Jeferson Mello Rocha
Transcrição dos áudios: Maria Petrucci
Fotos: Luis Ventura, Ana Letícia Meira Schweig, Sofia Pulgatti,
Carlos Eduardo Sperb, Paulo Josué Goulart da Silva
Capa: Luciana Hoppe e Carlos Eduardo Sperb
Impressão: Copiart
Comitê de Organizadores do Evento: Magali Mendes de Menezes,
Maria Aparecida Bergamaschi, Russel Teresinha Dutra da Rosa,
Rosângela Rodrigues Soares, Dagmar Estermann Meyer, Fernan-
do Seffner, Caroline Pacievitch, Karine dos Santos, Mariangela
Bairros, Leandro Rogério Pinheiro, Rita Camisolão, Suzi Webber
Tiragem: 300 exemplares impressos em dualtone e 700 para dis-
tribuição on-line.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direitos humanos em debate : educação e marcadores sociais da
diferença / Magali Mendes de Menezes ... [et al.] (orgs.). -
Porto Alegre: CirKula, 2019.
440 p.: il.

ISBN: 978-85-7150-018-1

1. Direitos humanos: educação. 2. Interculturalidade. 3. Povos
indígenas. 4. Socioeducação. 5. Arte. 6. Gênero. I. Título. II. Menezes,
Magali Mendes de. III. Sperb, Carlos Eduardo. IV. Petry, Alessandra
de Oliveira. V. Machado, Wagner. VI. Soares, Olívia de Andrade.

CDD 323.1

Bibliotecária responsável: Débora Jardim Jardim – CRB 10/1598

Editora CirKula
Av. Osvaldo Aranha, 522 - Loja 1 - Bomfim
Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190
e-mail: editora@circula.com.br
Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A LAICIDADE EM EDUCAÇÃO: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO

Eduardo Dullo

Quero começar agradecendo a possibilidade de falar aqui no evento, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradecer o convite e agradecer, também, a oportunidade de escutar a fala que me precedeu, que é tão interessante e cujos trabalhos eu conhecia só de texto. Como eu não o conhecia pessoalmente, então gostaria de agradecer essa possibilidade de escutar o professor Luiz Antônio Cunha, assim, em primeira mão. Eu gostaria também de dedicar a minha fala a uma outra pessoa que também faleceu recentemente no Rio de Janeiro, que é o Museu Nacional. Faleceu, mas renasce das cinzas como uma fênix; e, assim como a perda da Marielle, é uma perda grande para a nossa sociedade. Então, como eu estudei no Museu Nacional do Rio de Janeiro, e fiz meu mestrado e meu doutorado lá, sinto, assim como outros que tinham uma conexão bastante próxima o sentem, como a perda de uma pessoa – não só de um prédio, ou de acervos, ou de arquivos, mas de tudo aquilo que também representava aquela comunidade, aquela coletividade, aquela Instituição. Essa é uma das dimensões que marcam a minha fala.

Colocado isso, gostaria também de mencionar que eu falo de uma posição disciplinar distinta da usual aqui na Faculdade de Educação: eu sou do Departamento de Antropologia, e acho que isso matiza, que coloca algumas distinções, também, na abordagem e na maneira de questionar sobre o tema. Essa diferença, penso, é frutífera para estimular aqui o debate, o nosso diálogo. No entanto, não sou um antropólogo tão canônico a ponto de trabalhar apenas de maneira etnográfica; eu também trabalho com arquivos, também trabalho com pesquisas históricas, então faço tanto uma antropologia histórica quanto faço uma antropologia etnográfica, com trabalho de campo. Essa dupla entrada, no mesmo pesquisador, é pouco usual e, na medida em que procuro fazer os dois tipos de trabalho, tenho a singularidade de

fazer articulações e conexões entre dados históricos e fatos que são do nosso presente. A distinção em relação à fala do professor Luiz Antônio Cunha também vai aparecer um pouco no ponto de vista da abordagem, da maneira de trabalhar com alguns conceitos, sobretudo, o de laicidade.

Em primeiro lugar, quando eu recebi o convite, achei muito interessante a proposta do tema. Então, assim como o Luiz Antônio Cunha, eu também quero salientar a importância do tema da laicidade em Educação, aqui, no evento, em Direitos Humanos, e chamar a atenção para o fato de que é possível parar e repensar cada um dos termos do título que vocês me deram. Como isso levaria mais tempo do que temos, eu vou enfatizar mais alguns desses termos do que outros, mas uma distinção que vai aparecer é: quando a gente pensa na laicidade na Educação nos dias de hoje – porque acho que a gente com frequência fala a partir do nosso presente, a partir das inquietações que nos movem –, nós temos algumas opções, ou alguns temas que se impõem de maneira mais forte, mais incisiva, que são o Ensino Religioso e a tentativa de proposições de leis que visam a controlar e regular, de certa maneira, a relação entre os professores e os estudantes, principalmente nas propostas que vêm sendo debatidas a partir do que conhecemos como Escola Sem Partido. São dois elementos que aparecem com muita força no nosso presente e que possuem uma conexão entre si que irei trabalhar em breve.

Eu vou depois entrar um pouco nisto que eram os dois caminhos que o Luiz Antônio Cunha tinha colocado como possíveis na fala dele; ele tinha falado de uma encruzilhada, onde você tem que escolher um desses caminhos. Eu também tinha encontrado essa encruzilhada, então são elementos que aparecem na nossa



percepção do que é esse tema da laicidade na Educação nos dias de hoje. Então, não sei se são exatamente esses [o Ensino Religioso e iniciativas de regulamentação do ensino, como o projeto Escola Sem Partido] os temas que apareciam na mente de vocês quando vocês viram esse título e o que vocês esperavam do nosso encontro, mas esses são dois temas que aparecem para mim como impondo-se na discussão de hoje.

O primeiro dos termos sobre os quais gostaria de parar para a gente pensar é na ideia de Laicidade na Educação. Sendo um antropólogo, minha abordagem está direcionada para um deslocamento de um enquadramento normativo (no sentido empregado por Judith Butler em seu livro intitulado **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**) ou de nossas premissas e pressuposições histórica e culturalmente formuladas para uma crítica desses mesmos enquadramentos e pressupostos. Assim como Butler (2015), minha influência aqui vem dos trabalhos de Talal Asad sobre o secularismo e, portanto, tomo a Laicidade menos como um conceito analítico, um termo que devemos definir e, então, medir e julgar a realidade – se nosso Estado é mais ou menos laico – e muito mais como algo definido cultural e historicamente e, portanto, objeto de disputa pelos agentes sociais envolvidos. Ao assumir essa postura, busco compreender como cada um dos agentes produz uma definição específica e a tenta colocar como socialmente válida para todos. Assim o objetivo não é termos uma definição de Laicidade, mas, ao mesmo tempo, todos nós achamos que sabemos o que é Laicidade; ou, pelo menos, somos capazes de defender uma definição de Laicidade. Isso não quer dizer que ela está certa ou que ela está errada. Justamente, do ponto de vista antropológico, o objetivo é enten-

der quais são as definições de Laicidade que as pessoas têm na vida social, e então perguntar para as pessoas quais são as suas definições. Tenho certeza que cada um de vocês aqui possui um entendimento do que é a Laicidade. Assim, irei trabalhar a partir de uma definição possível, e que tem o mérito de ser bastante utilizada e socialmente compartilhada, e que a gente poderia trazer como uma primeira definição, que é a ideia da *separação formal entre Estado e Igreja*. Essa é uma das formas que a gente compreende com frequência o termo Laicidade. Obviamente essa não é uma definição absoluta, não é uma definição que resolva todos os problemas, mas, quando se fala da *defesa* da Laicidade, fala-se, com frequência, de uma perspectiva em que a Igreja não regule o Estado, mas uma em que é o Estado quem normalmente regula a religião e as igrejas. É o Estado que regula o que as religiões, entendidas no plural, num ambiente de pluralismo religioso e de ideias, podem ou não fazer – tanto com seus membros, seus fiéis, quanto entre si e em relação ao Estado.

O que eu pretendo colocar aqui como um problema para a gente discutir é: nessa definição em que o que importa é sobretudo a separação formal da Igreja e do Estado, o que mais temos na nossa vida cotidiana ao trazermos esse tema para a área da Educação e pensarmos nas escolas? Quais são os outros elementos que não aparecem quando a gente mobiliza esse conceito mínimo, mas maximamente difundido de Laicidade?

Uma das dimensões que não aparece é a Sociedade. Porque a gente está falando de duas instituições, está falando da instituição Igreja e está falando da instituição Estado. É claro que a gente pode dizer – e aí se torna bastante problemático – que, no Estado, nós temos representantes da sociedade; mas nós também podemos dizer que as igrejas são feitas por membros da sociedade. Então, nós temos alguma coisa aí que se torna mais complexa para a nossa tentativa de compreensão e para a nossa tentativa de delimitação, pois a separação *formal* entre Igreja e Estado é muitas vezes interpretada como correspondendo também a uma separação *substantiva* entre religião e política, como se esses termos fossem equivalentes. O que ocorre é que entender tanto a religião quanto a política como esferas ou campos autônomos e independentes é uma falácia, pois estão não apenas entrelaçados na vida social como são mutuamente constitutivos em suas historicidades.

Além disso, falar em Igreja e Estado e em religião e política é falar em sistemas ou modelos abstratos, aos quais falta justamente a complexidade das interações cotidianas. Falta a Sociedade, falta cada um de nós, cidadãos, com seus anseios, seus medos, suas esperanças e interesses. Falta compreender, em suma, que há não apenas Sociedade, mas Cidadãos e Coletividades que possuem projetos específicos de vida em sociedade e que buscam, continuamente, realizar esses projetos. Dificilmente encontraremos um domínio mais central para a realização desses projetos de sociedade do que na Educação e nas escolas. É nesse debate acerca da Educação que veremos a explicitação dos projetos, isto é, daquilo que almejamos formar como o Cidadão para a Sociedade que desejamos.

Por isso, nosso segundo termo sob discussão aparece quando a gente se volta para a Educação, e, então, temos que colocar novamente a pergunta: como que nós estamos definindo a Educação? Como que nós estamos entendendo o papel da escola? Então, assim como nós temos uma definição variável e distinta e que está em disputa do que é a Laicidade, nós também temos uma série de disputas sobre o que é a Educação e quais são os objetivos da Educação. E é essa disputa sobre o que é cada um desses elementos que mobiliza a vida social e que mobiliza uma série de embates que a gente encontra no nosso presente; então, há casos que nós vamos observar tanto na questão da proposta do Escola Sem Partido, quanto nas reações a ele – tanto nas propostas quanto quando nós temos lemas que vão dizer “o Escola Sem Partido está propondo uma escola sem pensamento crítico”. Então, nós temos uma série de ações e uma série de reações, que entendem de maneira distinta o que é a escola e o que é o papel da Educação. Mas, na Antropologia, nós dizemos o quê quando nós estamos lidando dessa maneira com os conceitos? Nós dizemos que nós não estamos chamando esses conceitos de “conceitos analíticos”; nós dizemos que estamos lidando com “conceitos nativos”, conceitos que são próprios da vida social,



que nós estamos analisando e também tentando compreender os embates nos quais eles estão colocados, inclusive por parte dos educadores e do pensamento pedagógico, isto é, por nós acadêmicos da área da Educação que, é sempre bom lembrar, somos também cidadãos e, portanto, agentes da vida em sociedade.

Portanto, quando nós nos voltamos para tentar entender o que é a escola – não de um ponto de vista normativo definidor, mas para entender quais são as posições sobre a escola que as pessoas, os grupos, as coletividades apresentam –, nós temos que nos perguntar: há um consenso sobre essas questões? Ou há uma variedade grande de posições? E quais são os elementos que compõem essa variedade de posições? Assim, quando nós pensamos na escola, muitas vezes, nós pensamos na escola e no aluno. Só que toda a tradição e bibliografia sobre o assunto sabe que não é só a escola e o aluno: tem a escola, tem o aluno, mas tem também a *família* daquele aluno – os pais, as mães, as avós e os avôs, diversas configurações familiares daqueles alunos. E são, então, esses elementos, e nós podemos pensar que, talvez, seja esse tripé: a escola, a família e o aluno que compõem uma problemática específica que vai se entrelaçando com a problemática da Laicidade do Estado e seu prolongamento na Escola Pública.

Quando nós temos fenômenos sociais como o da Escola Sem Partido, e quando esta proposta começou a aparecer, eu me lembrei de que algumas das argumentações colocadas se assemelhavam a outras que eu já tinha visto antes na própria História da Educação Brasileira. Aqui, o deslocamento no tempo, em nossa própria história nos permite um outro olhar sobre esse fenômeno contemporâneo. Durante a pesquisa que fiz no meu pós-doutorado, sobre os embates entre a Escola Nova e os intelectuais católicos durante o período da Reforma Fernando de Azevedo no final dos anos 1920 e nos anos subsequentes, essa problemática aparecia de uma maneira extremamente fascinante, porque o embate que aparecia naquele momento era, também, um embate entre Estado, família e o que era Educação, quais eram os objetivos da Educação num momento em que se estava ainda formulando os princípios e parâmetros da Educação Brasileira. É relevante lembrarmos que são os membros desse movimento da Escola Nova, liderados pelo próprio Fernando de Azevedo, que irão propor o que veio a ser, após muitos embates, a primeira Lei de Diretrizes e Bases, aprovada apenas em 1961.

Seguindo a proposta desses educadores, com muita frequência se pensa que a Educação, isto é, a Escola, é um vetor da democratização por ser uma expansão do acesso, ao colocar progressivamente em um mesmo ambiente meninos e meninas (a escola mista) e ao formular uma Escola Pública gratuita que deveria ser utilizada por todas as camadas sociais, fazendo com que a Escola fosse um espaço de convivência da diferença econômica e de costumes e, portanto, também homogeneizador das oportunidades. Era uma proposta de Escola Pública, Gratuita, Democrática e Laica (pois não previa a presença do Ensino Religioso e, na verdade, posicionava-se contrariamente a essa presença) que tinha como objetivo formar cidadãos democráticos que se destacassem pela competência e pelo mérito.

Entretanto, naquele período, nós tínhamos também vetores contrários a esses movimentos, sendo o principal antagonismo advindo da Igreja Católica por meio de sacerdotes e leigos. Os intelectuais católicos se opunham a muitas dessas posições na medida em que retiravam a influência e a capacidade de conduzir as decisões acerca da Educação, que deixaria de estar centrada nos colégios privados, como o colégio jesuíta em que estudaram muitos dos envolvidos de ambos os lados, entre eles o próprio Fernando de Azevedo. Um dos aspectos centrais do debate era a presença ou não do Ensino Religioso, que os católicos desejavam que fosse confessional. Sendo a proposta da Reforma Fernando de Azevedo do ano de 1927, isto é, anterior ao ano de 1931 e ao governo de Getúlio Vargas, estávamos em plena Primeira República e num contexto de desenvolvimento da separação entre a Igreja Católica e o Estado Nacional, sobretudo, a partir da Constituição de 1891. Nesse contexto de final dos anos de 1920, ao final do nosso primeiro Período Republicano, chegou a existir uma proposta de Ensino Religioso, que foi uma emenda na Reforma Fernando de Azevedo. Quando encontrei esse material no arquivo que pesquisei no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP), achei isto muito interessante para entendermos essa dinâmica que, atualmente, está ocorrendo novamente, pois foi um embate muito grande, em que várias posições disputavam como ocorreria aquela reforma; e a posição do Fernando de Azevedo naquele período, como membro da Escola Nova, do que nós viemos a conhecer como a Escola Nova, era pela constituição da escola como democrática

– embora o sentido de democracia que era colocado ali também mude com o tempo, então nós não temos que comparar necessariamente com a nossa sensação de democracia, com o nosso conceito de democracia. Embora o Ensino Religioso vá entrar com força só durante o governo Vargas, esse era um embate que já vinha ocorrendo, que era a tentativa de colocação em prática do Ensino Religioso por certos segmentos, que visavam a que não tivéssemos aquela Escola Pública Laica, tal como estava sendo proposta. Essa emenda no projeto colocava a possibilidade e o dever do Ensino Religioso pelo Estado, com um aspecto já naquele período muito interessante, o de que não seria apenas o Ensino Católico: era uma emenda justamente para facultar a possibilidade do Ensino Religioso para as demais confissões cristãs. É claro que, naquele momento, nos anos 1920, qualquer outra opção religiosa era entendida ainda como bastante interna ao cristianismo. O Brasil era entendido oficialmente como composto por católicos e a-católicos. No entanto, como o Fernando de Azevedo só assumiu a Secretaria ao conseguir o compromisso do prefeito, essa emenda foi vetada e isso garantiu que a Reforma fosse adiante nos moldes que a tornou uma referência para outras reformas educacionais em outras cidades e Estados.

E por que esse era o embate? E por qual razão podemos dizer que continua sendo um embate do nosso presente? Se nós formos pensar que estamos em 2018, nós temos aí praticamente 90 anos de distância dessa dimensão. O que é que nós tínhamos ali? Nós tínhamos uma disputa sobre o que é a Escola e uma disputa sobre projetos de futuro, sobre projetos nacionais. O que é algo que nós estamos vendo hoje, inclusive, com o retorno de pautas e retóricas nacionalistas. Nesse momento, você tinha um projeto que visava



a uma democratização, que visava a uma inserção cada vez maior das crianças na Educação, num departamento que era não só de Educação, mas era o Departamento de Saúde e Educação, tinha a sua configuração específica. Então, teve, por exemplo, o Prêmio Fernando de Azevedo da Boca Saudável. Aquelas crianças estavam aprendendo, também, que era importante escovar os dentes, manter a saúde bucal como forma de melhoramento da população nacional – o que ainda se fazia em termos de raça naquele período, no sentido racista e racista, então, de melhoramento de raça, que passava, também, pela Educação e pela Saúde. Como não havia uma separação entre esses dois departamentos, havia também severas discussões sobre a importância da mulher como a reprodutora da população nacional e uma série de elementos que não poderemos adentrar agora, mas que passava, também, pelos corpos e comportamentos das mulheres de maneira bastante incisiva, seja das alunas, seja das professoras.

Então, o que era colocado ali, naquele contexto, era: o que nós queremos como Educação? Quais são os nossos projetos de sociedade, os nossos projetos de futuro? E como que nós entendemos quem é o responsável por essa Educação. Então, naquele momento, a Escola Nova vai promover uma visão de Sociedade e de Estado que vai fazer com que os intelectuais católicos se mobilizem e se oponham ao que vão identificar como uma presença excessiva do Estado na Educação e na Vida Pública. E esta presença era pensada como se sobrepondo a qual presença? Quem deveria ocupar esta posição? Certamente, muitos desses intelectuais diriam que é a Igreja, mas, antes disso, diriam que é a família. A instituição família, o lar — que deveria ser, é claro, um lar cristão e, preferencialmente católico.



Esse olhar a partir de um outro contexto, histórico, nos faz pensar de maneira crítica sobre o nosso presente. Hoje temos vários discursos que são neoliberais e que visam a um Estado Mínimo, a uma diminuição do impacto do Estado na Vida Social. Então, essa reação dos intelectuais católicos é um movimento que não era um movimento que nós poderíamos reconhecer nem como liberal e muito menos como neoliberal – termo este que ainda não existia –, mas que questionava uma presença excessiva do Estado na Vida Pública, porque essa presença excessiva era vista, então, como uma chance de alastrar o Comunismo. Esse era o ataque – tanto que o Fernando de Azevedo foi acusado de ser comunista, o que era muito curioso e mesmo absurdo; se você conhece o material, as propostas, pensar como foi possível esse tipo de acusação era muito interessante — e podemos dizer que essa mesma retórica retornou também atualmente.

Mas a acusação se colocava nesses termos, nessa presença excessiva, e essa presença excessiva era porque o Estado, então, estava dizendo como se deve educar a criança e quem essa criança deve se tornar. Ela vai se tornar um Cidadão, mas que tipo de Cidadão? Qual é a definição de Cidadão que se tinha? E a divisão que se coloca ali, e que a nós podemos observar novamente no nosso presente – é isto que eu acho interessante também: essas semelhanças –, era: a responsabilidade é da família ou é do Estado? Ou, em outros termos, tal como é colocado por parte da família, lá, e pelo Escola Sem Partido, hoje: *deve existir uma continuidade na formação da criança entre a posição na família e a posição na escola ou não?* De maneira condensada, resumida, é essa a problemática que é formulada em ambos os momentos históricos e que articula os elementos que estou evidenciando aqui para vocês: Estado, Igreja, Sociedade, Família, Escola, Professores, Alunas/os. É uma defesa, por parte da família, de que aquilo que for apresentado para as crianças e adolescentes na Escola esteja em imediata linha de continuidade com os valores da Família. Então, inclusive tivemos, recentemente, a votação sobre a possibilidade da Educação Doméstica, ou que a Educação não se dê na Escola, mas seja feita em casa. Este é o ápice da continuidade entre Educação e Família, continuidade moral, social, espacial. No outro polo temos a proposta de Fernando de Azevedo, que visava a mesclar ricos e pobres na mesma escola, promovendo uma descontinuidade com as relações sociais, valo-

res, espacialidade do lar e da família. Esse é um dos elementos dessa linha de questionamento e oposição à Escola tal como ela foi formulada pelos pedagogos da Escola Nova e na atual luta pela “escola com pensamento crítico”, isto é, seja no final da Primeira República, seja no momento tenso atual da nossa redemocratização – dizer: “Vamos tirar a Escola, vamos tirar o Estado dessa relação e vamos colocar a Educação numa linha de continuidade absoluta com a Família, que é traduzido pelo lema ‘A Educação vai se dar dentro da casa, entre a família’.”.

Assim, mesmo com estes praticamente 90 anos de diferença, pode-se perceber, de maneira bastante semelhante, o questionamento à interferência do Estado no processo educativo reaparecendo. Nesse sentido, como uma onda que já veio e que agora volta, nós vemos esse questionamento. Mas tem uma diferença, para além de todas as outras diferenças de contexto, que, para mim, é extremamente interessante, que é o fato de que a Escola Sem Partido, hoje, não se coloca como um movimento religioso. Ela não faz uso desse tipo de mobilização, enquanto que, inicialmente, isso era feito por intelectuais católicos e que se colocavam defendendo, então, a moralidade religiosa da família e a continuidade dessa moralidade religiosa. Então, em ambos os casos, você tinha a relação entre a Escola e o Estado como aquele ente que perverte, que rompe o vínculo entre pais e filhos.

Agora, o que é visto como esse rompimento de outros pontos de vista? Do ponto de vista da Escola Nova, e podemos dizer que também do ponto de vista contemporâneo, há uma preocupação com a ideia de Vida Pública. Tem uma preocupação, justamente, com o sair da esfera do privado e da esfera da família. Então, havia a dimensão da democratização, que era colocada já naquele momento, mas também a ideia de que a Escola é um ambiente coletivo no qual você também se encontra com uma série de diferenças. É um pouco essa a preocupação que aparece. Então, a Escola é de fato um momento de saída desse espaço privado e de experimentação da Vida Pública. Portanto, se nós formos entender dessa maneira, nós veremos que aparece nesses embates não é necessariamente uma falta de compreensão mútua, mas de diferentes valores e de diferentes projetos de Vida Social.

Tem um texto clássico do Marshall (1967) chamado “**Cidadania, Classe Social e Status**”, que vai falar sobre os direitos que vão constituir a Cidadania, no caso, na Inglaterra. Ele foi

muito questionado porque ele estabelece uma série de etapas, como se todos os avanços dos direitos fossem ocorrer da mesma maneira em todos os lugares, o que não é verdade; então, um dos que faz com muita propriedade uma crítica disso é o José Murilo de Carvalho (2008), no seu livro sobre **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Mas tem uma passagem ali que eu acho particularmente interessante, porque ele [Thomas Humphrey Marshall] era um liberal, também um sociólogo e um economista liberal, e mesmo esse autor, que era um liberal inglês do começo do século XX, vai dizer que a liberdade só existe após a entrada na Escola e após a Educação. Por quê? Porque, antes de aprender a ler, a escrever; antes de se tornar minimamente alfabetizado e capaz de tomar decisões, não pode existir a ideia de autonomia para alguém que não é capaz de escolher, para alguém que não é capaz de tomar decisões. E é interessante porque isso coloca a impossibilidade de uma certa liberdade. Tem uma certa liberdade que ninguém aqui tem, que é a liberdade – pensada como uma liberdade – de não saber ler. Todos nós somos obrigados a aprender a ler; tem aqueles que não alcançam essa possibilidade, e aí a tentativa de expansão do sistema escolar. Mas não existe a liberdade de não saber ler. E uma vez que você sabe ler, é impossível você olhar para uma placa e não a ler; se colocam uma coisa na sua frente em que algo está escrito, você a lê, por mais que você não queira continuar lendo. Então, essa liberdade de ver palavras e não ler, isso não existe. E não existe mesmo para este liberal: isso não é uma liberdade, porque essa criança tem esse direito de perder essa liberdade e, somente a partir daí ser capaz de escolher, somente a partir daí ser capaz de tomar suas decisões.

Então, quando nós entramos nesse embate, nós vemos que certas definições do que é Escola e do que é Educação entram em conflito com uma série de outras. Agora, do ponto de vista da relação entre religião e política, e retornando para a ideia de Laicidade, de fato, de 2006 para cá, isso se expandiu enormemente, os estudos no Brasil, que eram enormemente incipientes – apesar de isso ser um tema forte da vida pública brasileira. E internacionalmente, a partir do 11 de setembro, do ataque às Torres Gêmeas, a religião voltou, também, a ser um tema central de debate acadêmico e político. E eu considero um marco o ano de 2007, com a publicação de um livro bem volumoso,

um livro enorme chamado **Uma Era Secular**, do Charles Taylor, de um filósofo político canadense; a partir daí, de 2007, o debate se pulveriza e se expande imensamente. Mas o que ele procura traçar, nesse livro, são 500 anos de desenvolvimento daquilo que nós aprendemos com a secularização no Ocidente. Então, o trabalho dele é restrito ao que ele chama de "ambiente norte-atlântico", ou "euro-americano", que é esta faixa Estados Unidos-Canadá-Europa ocidental. Não é um livro sobre todo o mundo, é a Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte] da secularização, mas ele procura, nesse universo eminentemente cristão, traçar aquilo que permitiu que, em 1500, nós tivéssemos uma situação na qual era praticamente impossível alguém declarar que não crê e passarmos para uma situação do presente na qual dizer que você crê é uma possibilidade entre outras.

O que é colocado nessa trajetória – que são 500 anos, e que eu aqui não vou contar para vocês, mas fica uma sugestão do livro, porque é um livro fascinante, embora seja realmente muito longo. Ele é bastante exaustivo em casos concretos, então vocês podem imaginar que o negócio fica bastante longo. Mas ele se contrapõe a certas ideias, o Charles Taylor, que é um filósofo político, mas é, também, um católico – ele professa uma fé – ele coloca uma percepção que eu acho bastante interessante, que é a ideia de que nós, com frequência, adotamos uma narrativa que ele chama de "narrativa da subtração", uma percepção de que a religião foi subtraída da Vida Pública e da Vida Social e que, nessa subtração, a gente age como se todas as outras coisas tivessem permanecido no mesmo lugar. Ele adota uma posição muito mais relacional que, para mim, que sou antropólogo e que pesquisei as relações sociais, ressoa de maneira bastante significativa, que é a ideia de que – nós podemos também colocar em uma imagem – você tem uma mesa de jantar posta e que você pega e dá aquele puxão na toalha e toda a louça continua no mesmo lugar. Então, é a ideia de que você pode remover uma coisa que está entranhada nas relações sociais e que as outras não iriam se modificar, não iriam sair do lugar. É claro que, dependendo da habilidade da pessoa, pode quebrar uma taça; mas, idealmente, é a ideia de que aquilo ali permanece no lugar. Para todo mundo continua sendo possível sentar no seu lugar designado.

E ele contrapõe a isso, que ele vai chamar de uma "narrativa da subtração", uma percepção de que há uma relação que é

modificada. Então, as relações são modificadas com a retirada de um dos elementos: não tem como você retirar um elemento e as outras coisas continuarem no mesmo lugar. E, mais do que isso, ao mudar essas relações, os próprios termos dessas relações são alterados: ao modificar a posição da religião, não se trata mais da mesma coisa ao falarmos de religião, nem se trata da mesma coisa ao falarmos de política. Mas, ao colocar isso, nós colocamos, então, que nesta trajetória que ele vai construindo ao assumir que a religião altera as outras relações ao se modificar de lugar, porque ela não desaparece; há também nessa chave, uma crítica a uma série de teorias da secularização, sobretudo da metade do século XX, que pressupunham que a religião ia inevitavelmente acabar. Mas, nós vimos aqui que ela não acabou; pelo contrário, ela retomou muitos papéis e assumiu novas posições na Vida Social, tanto que nós estamos aqui discutindo isso. E Taylor (2007) coloca, então, que ela se tornou uma posição entre outras – não é mais “a” posição, mas ela continua ali presente. E o fato de que isso continua presente na Vida Social é que demanda, então, uma tentativa de compreensão nossa de como lidar com isso. Uma série de pesquisadores e analistas já partem agora do princípio de que, bom, a religião não vai sumir; a relação entre religião e política está colocada – ela sempre foi colocada, mas existia uma esperança, ou uma perspectiva, ou um projeto de que isso acabasse. Mas essa relação continua presente, ela é parte da Vida Social – já foi no passado e continua sendo agora no presente.

Quais são as possibilidades de lidar com essa presença da religião? Nesse sentido, quando nós vamos para a dimensão do Ensino Religioso, temos a questão: no quê consiste essa possibilidade de presença da religião no ambiente escolar? E aí, nesse sentido, considero importante fazermos uma distinção que é entre o Ensino Religioso Confessional tal como vem sendo colocado em prática no Rio de Janeiro (que é uma possibilidade muitas vezes sacerdotal, proselitista, e mesmo dogmática – ou seja, uma dimensão na qual o Ensino Religioso aparece como supostamente correspondendo àquela linha de continuidade entre a família e a educação da criança) e o Ensino Religioso Não-Confessional, que é o modelo existente aqui em Porto Alegre, por enquanto, no qual professores de outras áreas ministram o Ensino Religioso facultativo. Esse é um mecanismo que mostra, de certa maneira, a vitória de uma daquelas linhas de força, que eu chamo



de “falar religiosamente”. É uma Educação Religiosa na qual se fala religiosamente. É uma Educação que visa à transmissão dos valores e conteúdos religiosos de forma a serem incorporados pelos estudantes em suas vidas. Mas eu sou um otimista: eu gosto de pensar que é possível pensarmos a partir deste outro modelo, desta outra presença da religião no espaço escolar, que é o que eu prefiro chamar de “falar sobre a religião”. Essa é uma posição que eu vejo também sendo adotada, por exemplo, pela associação secularista, ou associação humanista, a National Secular Society do Reino Unido, que são os antirreligiosos (nesse sentido, seria o equivalente à nossa Atea, a Associação de Ateus e Agnósticos, que nós temos aqui no Brasil), que é a adoção de ensino de visões de mundo, em vez de ensino confessional religioso. Então, na Inglaterra, porque a Inglaterra é um Estado no qual o Estado é religioso – embora seja um dos exemplos daquilo que a gente conhece como uma sociedade tolerante (pelo menos até recentemente, pré-Brexit) –, é um Estado que tem Ensino Religioso também, e no qual essa associação, a National Secular Society, luta, por exemplo, pela transformação do Ensino Religioso em um Ensino de Visões de Mundo.

O que eu acho interessante nesse sentido é a possibilidade de se pensar, assim como na Educação Sexual, na possibilidade de se falar “sobre” alguma coisa. Há aí uma distinção entre dois regimes de enunciação distintos: um que é o de “falar religiosamente” e o outro que é o de “falar sobre alguma religião” – assim como nós podemos estar aqui, hoje, falando sobre religião sem falar religiosamente; e pensando que também estamos em um espaço educacional, também estamos em um espaço público, que é a Universidade Pública. Então, houve a possibilidade, por exemplo, de que nós tivéssemos sociólogos da religião, antropólogos da religião, pessoas que pesquisam temas relacionados à religião que ocupassem esses espaços; de que fossem espaços também ocupados por professores de Sociologia, de História, de outras disciplinas, que pudessem falar sobre a religião e transmitir conhecimentos sobre a religião de alguma maneira. E aí seria uma continuidade – do meu ponto de vista, bastante interessante – de a possibilidade do Estado continuar impondo a tolerância, de continuar mostrando a diversidade, de continuar mostrando a possibilidade de compreensão de que existe, de fato, uma variedade muito grande de posições religiosas na sociedade e de que



essas posições continuam aí: vai ter o coleguinha que é católico, vai ter o coleguinha que é ateu, vai ter o coleguinha que é da Assembleia de Deus, vai ter o coleguinha que é do batuque, no caso aqui do Rio Grande do Sul, da umbanda, vai ter o coleguinha que é budista e vai ter o coleguinha que não professa nenhuma fé e se define como ateu... É claro que nós sabemos que nem sempre todas as confissões e denominações vão estar presentes numa mesma sala de aula, mas a possibilidade de transmissão de conhecimentos sobre as religiões, ou de uma Educação sobre Visões de Mundo – que é uma Educação para a Cidadania, que é uma Educação para Tolerância. Então, eu acho interessante, também, nós pensarmos que, quando nós pensamos nessa possibilidade de um Ensino de Visões de Mundo, ou de ensinar o que é a visão de mundo religiosa – o que aquele seu colega ou aquele outro colega pensa sobre o mundo quando pensa religiosamente –, é necessariamente plural, é necessariamente dar vazão ou abrir a possibilidade da Educação para uma transmissão do pluralismo e da diferença como valor social.

É nesse sentido que eu quero retomar aquilo que eu estava comentando daquele embate entre a família, a educação familiar, e a Educação dada na Escola; e a possibilidade de pensar a Educação na Escola como uma Educação que rompe, justamente, esse fechamento da vida familiar – esse encontro com essa diferença, com essa pluralidade de posições. Então, nesse sentido, o pluralismo não é só um pluralismo religioso, mas é um pluralismo, também, de valores; é a transmissão de que “Olha, aquele seu colega não pensa, não concorda e não vive necessariamente da mesma maneira que você.”. E acontece que, aqui no Brasil, nós por muito tempo não tivemos esse pluralismo, nem religioso, nem de valores, nem político. O pluralismo foi, com frequência na vida pública brasileira, sufocado por uma série de autoritarismos, por uma série de movimentos repressivos, que impediram a emergência desses pluralismos. É curioso que nós vejamos ele aflorando e sendo reprimido justamente agora, neste momento, depois de algumas décadas de redemocratização... É interessante como são esses momentos de democracia, em que nós vimos emergir o pluralismo, seja na Primeira República, com o embate que aconteceu com a Escola Nova e com outras posições intelectuais, seja no período do intervalo entre o governo Vargas e 1964, em que nós tivemos uma série de outros mo-

vimentos intelectuais – tivemos, por exemplo, para voltar para a área da Educação, o Paulo Freire, com propriedade construindo um outro método, e mais uma série de outras formas de pensamento também presentes. E aí, no momento de redemocratização, nós também vemos emergir o pluralismo. Então, esse pluralismo não esteve sempre presente.

E aí eu acho que se coloca em questão para nós, para o nosso debate sobre Direitos Humanos e Cidadania, e para pensar a Educação, a dificuldade que nós temos, na nossa trajetória, de lidar com o pluralismo. Então, é nesse cenário – pelo menos é a maneira como eu vejo, construindo essas pontes históricas –, é esse cenário que nós temos diante dos olhos, da dificuldade de lidar tanto com o pluralismo quanto com processos de fundamentalização, que estão também em curso. Mas a dificuldade de lidar com isso e a dificuldade de colocar, então, em prática um embate claro sobre os princípios da Educação de forma que ressoem nos ouvidos e nas mentes destas famílias que, com muita frequência, se opõem a certas posturas – por exemplo, a oposição ao que vão chamar de “Ideologia de Gênero”, que vai aparecer como parte deste pacote de contestação da Escola como um espaço que promove uma *disrupção* na transmissão de valores.

No nosso contexto, eu acho que nós temos uma situação muito difícil de lidar e de achar alguma solução viável e possível para sairmos desse impasse e desse embate em que as posições antagônicas estão progressivamente se reforçando e crescendo em escala. Agradeço a oportunidade: muito obrigado. Adoraria ouvir um pouco, também, de vocês, para continuarmos a conversa.

